

Estatais do setor elétrico são menos eficientes, diz estudo

PUNIÇÃO NO PAPEL

Estatais do setor elétrico são menos eficientes, diz estudo

Má gestão, burocracia e loteamento político afetam desempenho

RONALDO D'ERCOLE
ronaldod@oglobo.com.br

SÃO PAULO. As empresas estatais do setor elétrico não só têm um desempenho econômico-financeiro bem inferior ao das suas concorrentes privadas como ficam atrás também no padrão dos serviços que prestam. É o que constata estudo do Instituto Acende Brasil (IAB). Partindo da análise de indicadores de rentabilidade e produtividade por trabalhador de empresas de geração, transmissão e distribuição, o IAB mediu uma performance inferior das estatais, na média. E identificou como principais entraves à eficiência das empresas públicas problemas típicos de gestão, como identificação de objetivos e indisciplina orçamentária. E outras, ainda, decorrentes de mazelas do setor público brasileiro, como uso político, administração inepta (dirigentes de empresa nomeados sem as qualificações para os cargos) e processos decisórios burocráticos.

Problemas que decorrem principalmente do loteamento político dos cargos diretores dessas empresas e da indiferença pelos padrões mínimos de governança corporativa (como transparência e prestação de contas), embora as empresas tenham ações negociadas em Bolsa.

Ineficiência que não é ruim apenas para os investidores, observa Claudio Sales, presidente do IAB, mas que prejudica a sociedade como um todo, tornando mais cara a energia, reduzindo a taxa de crescimento da renda e do emprego:

— Além de sobrepor interesses partidários e de curto prazo à gestão, o pior legado das indicações acaba sendo a falta de competência dos indicados para os cargos, que acarretam perdas substanciais para a sociedade na forma de ineficiência.

Fábio Resende, ex-diretor de Furnas e hoje diretor do Instituto de Desenvolvimento do Setor Energético (Ilumina), entidade independente como o IAB, diz que essas empresas hoje são mais “governamentais” que estatais.

— Essas empresas precisam de planos de carreira e códigos, com estruturas mais fortes, para que sua gestão não fique flutuando em função do governo que está no poder — diz Resende.

INSTITUIÇÃO DEFENDE MERITOCRACIA

Para bloquear o loteamento político, o IAB defende o recrutamento profissional dos dirigentes das estatais pelo critério de meritocracia. Tais mudanças, porém, ficaram mais distantes após a edição da Medida Provisória (MP) 579, que o governo impôs às estatais, para reduzir as tarifas de energia. Se havia restrições orçamentárias para manutenção e modernização, com a perda de receitas os problemas podem crescer.

— Só as estatais vão pagar o pato e não há dúvidas que perderão remuneração — diz.

Pior no episódio da MP 579, na avaliação de Sales, foi o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel):

— Os rituais da agência (audiências públicas) foram ignorados, a Aneel ficou omissa. Os restos de transparência foram corrompidos.

Para Resende, os técnicos da Aneel são despreparados e, em vez de regular o sistema, passaram a fazer arrecadação, “multando qualquer coisa”.

— Multa tem que ser para problema sério, como o apagão do fim do ano passado. ●



Às escuras. Apagão em Salvador, em 2012: precariedade na gestão traz impacto para os clientes

‘As concessionárias tratam com descaso o regulador’

Corpo a corpo

José Matias-Pereira

Professor de administração pública da UnB sugere que os dirigentes de estatais sejam punidos em caso de reincidência de multas

DANIELLE NOGUEIRA
danielle.nogueira@oglobo.com.br

● O grande número de multas aplicadas a estatais evidencia falhas de gestão?

O que chama a atenção é a reincidência do erro. Isso mostra como as agências não são capazes de evitar essa repetição e como as concessionárias tratam com descaso o regulador. A possibilidade de recorrer a várias instâncias, na esfera administrativa e judicial, e a lentidão do Judiciário em julgar essas sanções leva a uma tendência à acomodação. O recado é claro: multar não basta.

● No caso das estatais, cria-se uma situação curiosa de o Estado, na fi-

gura da agência reguladora, multar o próprio Estado e este, ao não quitar as multas, dever a ele mesmo. Que efeitos isso pode ter sobre a máquina pública?

Há o Estado empresário e o Estado regulador. Na relação entre esses dois, o que tem de prevalecer é seu papel fiscal, pois o Estado tem de defender os interesses da sociedade. Se o Estado multa uma estatal e esta, além de não cumprir com a regra, não paga a multa, a impressão que se tem é que a raposa está tomando conta do galinheiro. Isso é ruim porque afeta a credibilidade das agências e do Estado como um todo.

● Se as multas não são efetivas, que tipo de punição seria melhor?

Uma possibilidade é que, após um certo número de multas aplicadas a uma empresa, a agência imponha sanções a seus dirigentes, como afastá-lo do cargo.

● As agências reguladoras também são parte do problema?

Sim, elas precisam ser reestruturadas e fortalecidas. É preciso ainda rever os parâmetros de punição e buscar aproximação com o Judiciário para dar celeridade ao julgamento dos processos. ●

Má gestão, burocracia e loteamento político afetam desempenho

Ronaldo D'Ercole / ronaldod@oglobo.com.br

Às escuras. Apagão em Salvador, em 2012: precariedade na gestão traz impacto para os clientes punição no papel

SÃO PAULO As empresas estatais do setor elétrico não só têm um desempenho econômico-financeiro bem inferior ao das suas concorrentes privadas como ficam atrás também no padrão dos serviços que prestam. É o que constata estudo do **Instituto Acende Brasil** (IAB). Partindo da análise de indicadores de rentabilidade e produtividade por trabalhador de empresas de geração, transmissão e distribuição, o IAB mediu uma performance inferior das estatais, na média. E identificou como principais entraves à eficiência das empresas públicas problemas típicos de gestão, como identificação de objetivos e indisciplina orçamentária. E outras, ainda, decorrentes de mazelas do setor público brasileiro, como uso político, administração inepta (dirigentes de empresa nomeados sem as qualificações para os cargos) e processos decisórios burocráticos.

Problemas que decorrem principalmente do loteamento político dos cargos diretivos dessas empresas e da indiferença pelos padrões mínimos de governança corporativa (como transparência e prestação de contas), embora as empresas tenham ações negociadas em Bolsa.

Ineficiência que não é ruim apenas para os investidores, observa Claudio Sales, presidente do IAB, mas que prejudica a sociedade como um todo, tornando mais cara a energia, reduzindo a taxa de crescimento da renda e do emprego:

- Além de sobrepor interesses partidários e de curto prazo à gestão, o pior legado das indicações acaba sendo a falta de competência dos indicados para os cargos, que acarretam perdas substanciais para a sociedade na forma de ineficiência.

Fábio Resende, ex-diretor de Furnas e hoje diretor do Instituto de Desenvolvimento do Setor Energético (Ilumina), entidade independente como o IAB, diz que essas empresas hoje são mais "governamentais" que estatais.

- Essas empresas precisam de planos de carreira e códigos, com estruturas mais fortes, para que sua gestão não fique flutuando em função do governo que está no poder - diz Resende.

Instituição defende meritocracia

Para bloquear o loteamento político, o IAB defende o recrutamento profissional dos dirigentes das estatais pelo critério de meritocracia. Tais mudanças, porém, ficaram mais distantes após a edição da Medida Provisória (MP) 579, que o governo impôs às estatais, para reduzir as tarifas de energia. Se havia restrições orçamentárias para manutenção e modernização, com a perda de receitas os problemas podem crescer.

- Só as estatais vão pagar o pato e não há dúvidas que perderão remuneração - diz.

Pior no episódio da MP 579, na avaliação de Sales, foi o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel):

- Os rituais da agência (audiências públicas) foram ignorados, a Aneel ficou omissa. Os restos de transparência foram corrompidos.

Para Resende, os técnicos da Aneel são despreparados e, em vez de regular o sistema, passaram a fazer arrecadação, "multando qualquer coisa".

- Multa tem que ser para problema sério, como o apagão do fim do ano passado.